



O Amanhã da Economia Brasileira - Parte 2

José da Silveira Filho

Uma das afirmações mais importantes colocadas na Janela anterior foi sobre o período em que a economia brasileira permaneceu praticamente estagnada com baixas taxas de crescimento econômico. Totalizou uma geração inteira de paralisia. Seres humanos que nasceram e encontraram verdadeira muralha à sobrevivência pela ausência de emprego em oferta e quando o encontraram eram remunerados com salários bem reduzidos. Muitos se desencantaram diante das perspectivas de ter de trabalhar tanto e quase não perceber resultado de melhoria. Preferiram, aqueles que puderam, fugir das terras brasileiras rumo a outros rincões planetários onde o subsistir não fosse assim tão inclemente. Foram os anos de 1981 à 2003. Nesta etapa, o crescimento econômico beirou a média de 2,04% ao ano. Em contrapartida, a população declinou sua taxa de crescimento de 2,38% ao ano para 1,38% ao ano, declínio de 41,85% no crescimento vegetativo, de acordo com as estimativas do IBGE. O declínio populacional diminuiu a pressão por investimentos maiores a fim de gerar empregos, contudo são vinte e três anos na prática quase patinando.

De 2004 em diante, o cenário sombrio se desanuviou um pouco mais com taxas mais robustas de progresso obtidas no mesmo cenário de população em queda. O que a indústria conseguiu crescer foi primordialmente sobre capacidade ociosa. Era na maior parte dos casos emprego antigo que já existia como uma folga e que foi preenchido com rapidez pelo estímulo proveniente do maior consumo da população trabalhadora em função da política econômica de expansão da renda levada a efeito pelo Governo Federal. A economia brasileira entra numa fase de expansão generalizada do emprego, entretanto, não se pode olvidar a defasagem de um abismo de pelo menos 23 anos que precisa ser recuperada com urgência. Este oco foi ocupado pela criminalidade, do roubo de varal ao tráfico pesado organizado de drogas, e a mendicância degradante do ser humano que perambula pelas ruas e praças como que açoitando a consciência daqueles que ainda não a perderam. O desafio é conseguir superar estas marcas negras assentadas pelo passado: incluir no presente tanto os que esperaram tantos anos por ocupação remunerada quanto os que em breve vão se posicionar no mercado de trabalho futuro.

Aqui não há como escapar do segundo componente do crescimento do PIB: o investimento. Sem este não se forma emprego novo. Fica-se girando sempre de regresso ao mesmo ponto estabelecido pelo emprego gerado no passado. Trata-se de uma variável agregada que forma par em identidade com a poupança. Para ampliar em escala mais elevada a reprodução do capital imobilizado atuante é preciso que haja alguma sobra significativa de recursos financeiros ociosos suficiente para ser canalizada para o investimento. E, mais do que isso, devendo ser mantida ano a ano talvez por mais uma geração ainda por vir, portanto, outros 25 anos. É o que se apelida de crescimento sustentável, isto é, de longo prazo. É em realidade façanha à beira do heroísmo.

No sentido do investimento, o papel desempenhado pelo Estado é precípuo. Do Orçamento da União partem os recursos para as imobilizações de grande parte. Aqui, aparecem o PAC, enquanto

um plano de investimento voltado à expansão da infraestrutura produtiva e o BNDES, munido de suas linhas de crédito a rigor para a grande indústria. Somente o Estado, sozinho, não vai conseguir atingir esses ousados objetivos. O capital privado nacional e internacional terão por força das circunstâncias de participar desse esforço de longo prazo.

A participação desses dois capitais que terminam por enfeixar a totalidade do investimento bruto vai depender das expectativas de lucro a retornar a curto e longo prazo pelo imobilizado invertido no presente. Traduzem a esperança de possibilidades se moldarem em projetos efetivos.

É seguindo esse rumo de atratividade ao empreendimento privado de projetos futuros que o Brasil ostenta vantagens únicas a frente de muitos outros países. A ver. Descobriu gigantescas jazidas de petróleo de altíssima qualidade perfeitamente exportável se for o caso. Possui uma biodiversidade incalculável de natureza para produção de energia renovável com o sol que brinda esta geografia por quase 365 dias do ano, elegendo a fotossíntese a maior riqueza das paragens verde-amarelas. E energia o planeta inteiro requisita. Detém capacidade por talvez uma década de endividamento das famílias de braços com o consumo reprimido. As potencialidades estão aí.

O capital internacional não pode ficar parado simplesmente pelo fato de se desvalorizar, dilapidando-se com o tempo. Nem pode eleger a valorização fictícia no mercado financeiro como garantia absoluta de sobrevivência terrestre. A base de expansão do grande capital permanece na produção de mercadorias e serviços e como tal há de buscar esferas onde consiga se reproduzir sem obstáculos quase impeditivos. Sobram poucas alternativas comensuráveis à expansão factível desse capital: Índia, China, Rússia e Brasil.

E, fica evidente, estas linhas apenas tangenciaram em alguns pontos tão oceânico tema.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.